

João Pessoa/PB, 22 de dezembro de 2025.

Ao

Sr. Wilton Maia Velez – Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DA PARAÍBA-STIUPB

Rua Tavares Cavalcante, 199, Centro, CEP 58.400-150, Campina Grande/PB.

Ref.: PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DE DATA-BASE 2025/2026

Em atenção ao compromisso firmado, a **ENERGISA PARAIBA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A** e **ENERGISA S/A** apresentam a este R. Sindicato proposta para Acordo Coletivo de Trabalho conforme adiante expandido.

Inicialmente, apresentamos abaixo os principais itens econômicos negociados com reajuste correspondente à 100% (cem por cento) do INPC/IBGE acumulado no período de 01/11/2024 a 31/10/2025 **(4,49%)**, retroativo a data-base **(01/11/2025)**, conforme a planilha abaixo:

CLÁUSULA	VALOR ATUAL	REAJUSTE RETROATIVO A NOVEMBRO DE 2025.	JANEIRO/26
REAJUSTE SALARIAL		4,49%	
PISO SALARIAL *	R\$ 1.524,83	R\$ 1.600,00 (4,92%)	R\$ 1.631,57 (7,00% Ganho total)
PISO SAL. ELETRICISTA	R\$ 1562,20	R\$ 1.632,34	R\$ 1.670,00 (6,90% Ganho total)
PISO SAL. TÉC. DE NÍVEL MÉDIO	R\$ 2.115,92	R\$ 2.210,93	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 1.241,64	R\$ 1.306,21 (5,20%)	
AUXÍLIO CRECHE	R\$ 491,28	R\$ 513,34	
MATERIAL ESCOLAR	R\$ 250,92	262,19	
AUXÍLIO FILHOS PNE	R\$ 784,32	819,54	
AUXÍLIO FUNERAL	R\$ 6.736,05	R\$ 7.038,50	
SEGURO DE VIDA (Limite salarial de indenização)	R\$ 4.128,55	R\$ 4.313,92	

BOLSA DE ESTUDOS (Limite)	R\$ 889,60	R\$ 929,54	
AJUDA DE CUSTO - TELETRABALHO	R\$ 64,41	R\$ 67,30	
AJUDA TRANSFERÊNCIA (valor mínimo)	R\$ 2.117,33	R\$ 2.212,40	
PRÊMIO GOZO DE FÉRIAS	R\$ 833,32	R\$ 870,74	
VALE TRANSPORTE (Limite de isenção de desconto)	R\$ 2.158,18	R\$ 2.255,08	
DEMAIS CLÁUSULAS		FICAM MANTIDAS E RATIFICADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO ACT	

Ademais, propõe-se a manutenção das demais cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025, contudo, com as alterações/inclusões convencionadas pelas partes a seguir:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMPLEMENTO DE BENEFÍCIO

A EMPRESA concederá ao empregado afastado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS (por motivo de doença ou acidente de trabalho) uma complementação do auxílio-doença, por um período de **até 90** (noventa) dias em caso de doença, corridos ou não, e de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias em caso de acidente do trabalho, corridos ou não.

Parágrafo Terceiro – Adicionalmente, e única e exclusivamente pelo mesmo prazo estabelecido no caput desta Cláusula, a EMPRESA manterá a concessão dos benefícios previstos no presente Acordo Coletivo para os empregados afastados objeto desta Cláusula. **Para o motivo afastamento doença (B31) a Empresa manterá o benefício vale-alimentação por mais 30 (trinta) dias, totalizando 120 dias.**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – PLANO DE SAÚDE (Campina Grande/PB; Fagundes/PB, Queimadas/PB, Lagoa Seca/PB e Massaranduba/PB)

Parágrafo Sexto – Para os empregados admitidos até **01/11/2025**, o valor relativo à **coparticipação** do Empregado, por ocasião da realização de quaisquer consultas médicas e exames simples, cujo valor do procedimento seja **igual ou inferior a R\$250,00**, será no percentual de **20%** (vinte por cento) do **custo do respectivo procedimento**, aplicado para cada beneficiário do plano de saúde, ficando **isento de coparticipação** para procedimentos **terapêuticos (psicologia, fisioterapia, nutrição e fonoaudiologia)**. Os procedimentos médicos cujo **custo supere o limite de R\$250,00** não estarão sujeitos cobrança de coparticipação.

I- Para os empregados admitidos a partir de 02/11/2025, o valor relativo à coparticipação do Empregado, por ocasião da realização de quaisquer consultas médicas, exames ou terapias, independentemente dos seus respectivos custos, será no percentual de 20% (vinte por cento), limitado o desconto a R\$ 250,00 por procedimento, aplicado para cada beneficiário do plano de saúde.

II- A coparticipação, prevista no §6º e no inciso "I" desta cláusula 31ª ficará limitada a 20% do salário base do empregado por mês. Caso as despesas com procedimentos ultrapassem esse limite mensal, o saldo excedente será cobrado no(s) mês(es) seguinte(s), respeitando-se sempre o teto de 20% do salário base do empregado.

III - Os ajustes realizados pelas partes na presente cláusula, em especial das regras que tratam da coparticipação no plano de saúde, põe fim a quaisquer discussões sobre o tema, inclusive, as partes declaram a perda do objeto do processo nº 0000809-07.2025.5.13.0008, em trâmite perante Xª Vara do Trabalho de Campina Grande, sem ônus de sucumbência para nenhuma das partes. E, caso haja sucumbência e/ou despesas processuais, elas serão de inteira responsabilidade da empresa.

IV - Tendo em vista a negociação e entendimento entre empresa e sindicato, concordam as partes que, será peticionado conjuntamente o pedido de desistência da ação judicial nº 0000809-07.2025.5.13.0008, no prazo de 10 (dez) dias, após a assinatura do presente termo, implicando em renúncia ao direito e prevalecendo as disposições previstas neste ACT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – PLANO DE SAÚDE (Demais cidades)

Parágrafo Quinta – Para os empregados admitidos até 01/11/2025, o valor relativo à coparticipação do Empregado, por ocasião da realização de quaisquer consultas médicas e exames simples, cujo valor do procedimento seja igual ou inferior a R\$250,00, será no percentual de 20% (vinte por cento) do custo do respectivo procedimento, aplicado para cada beneficiário do plano de saúde, ficando isento de coparticipação para procedimentos terapêuticos (psicologia, fisioterapia, nutrição e fonoaudiologia). Os procedimentos médicos cujo custo supere o limite de R\$250,00 não estarão sujeitos cobrança de coparticipação.

I- Para os empregados admitidos a partir de 02/11/2025, o valor relativo à coparticipação do Empregado, por ocasião da realização de quaisquer consultas médicas, exames ou terapias, independentemente dos seus respectivos custos, será no percentual de 20% (vinte por cento), limitado o desconto a R\$ 250,00 por procedimento, aplicado para cada beneficiário do plano de saúde.

II- A coparticipação, prevista no §5º e no inciso "I" desta cláusula 31ª ficará limitada a 20% do salário base do empregado por mês. Caso as despesas

com procedimentos ultrapassem esse limite mensal, o saldo excedente será cobrado no(s) mês(es) seguinte(s), respeitando-se sempre o teto de 20% do salário base do empregado.

III - Os ajustes realizados pelas partes na presente cláusula, em especial das regras que tratam da coparticipação no plano de saúde, põe fim a quaisquer discussões sobre o tema, inclusive, as partes declaram a perda do objeto do processo nº 0000809-07.2025.5.13.0008, em trâmite perante Xª Vara do Trabalho de Campina Grande, sem ônus de sucumbência para nenhuma das partes. E, caso haja sucumbência e/ou despesas processuais, elas serão de inteira responsabilidade da empresa.

IV - Tendo em vista a negociação e entendimento entre empresa e sindicato, concordam as partes que, será peticionado conjuntamente o pedido de desistência da ação judicial nº 0000809-07.2025.5.13.0008, no prazo de 10 (dez) dias, após a assinatura do presente termo, implicando em renúncia ao direito e prevalecendo as disposições previstas neste ACT.

COMPENSAÇÃO INTRAJORNADA

As partes acordam que, o **excedente as duas horas do intervalo intrajornada** terá natureza jurídica de **compensação de jornada**, portanto, será direcionada ao **banco de horas**, conforme regra estabelecida na presente cláusula, assim, na hipótese de o(a) empregado(a), mediante entendimentos com o gestor, usufruir de **intervalo superior a 2:00h**, o que, para fins do disposto no **artigo 71, da CLT**, resta expressamente autorizado pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, o período **excedente** ao seu **intervalo regular** será **considerado horas negativas** a serem lançadas no **banco de horas**.

A empresa ressalta, por fim, que as suas **propostas são indivisíveis**, ou seja, não têm efeito, caso não sejam aprovadas conjuntamente e na sua integralidade.

Ademais como item adicional a proposta

- Compromisso em **até 90 dias** realizar **treinamento** para esclarecimento das **regras de jornada** com acompanhamento em agendas positivas sobre o tema.
- **ADD**: Reajuste em 1º de janeiro de 2026 de R\$ 28,32 para **R\$ 30,04 (6,07%** de reajuste)

Certos de termos atendido o compromisso assumido na mesa de negociação, aproveitamos para nos colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Rafael", written over a light gray rectangular background.

Rafael Azevedo Marques
Esp. RH - Relações Trabalhistas e Sindicais
ENERGISA PARAÍBA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A